

A marcha da instrução pública na Província de São Paulo: a Escola de Primeiras Letras de Santa Ifigênia (1832-1850)

Resumo

Este artigo apresenta pesquisa bibliográfica e documental, de cunho historiográfico, sobre o desenvolvimento e a organização da instrução pública na Província de São Paulo no início do século XIX. O objetivo é discorrer sobre os modos de ler, escrever e contar na Escola de Primeiras Letras da Freguesia de Santa Ifigênia. Nesse propósito, ancorados na História da Cultura Escolar, examinaram-se relatórios elaborados pelo professor Carlos Jozé da Silva Telles, difusor da marcha da instrução pública entre os anos de 1832 e 1850. As práticas desse professor permitem apreender que o ensino elementar ministrado naquela instituição buscou inocular a necessidade do respeito e da obediência às autoridades constituídas, configurando uma educação especializada no controle e disciplinamento moral e físico das futuras gerações visando à modificação de hábitos e à formação de um cidadão em conformidade com um projeto civilizatório posto em curso no Oitocentos paulista.

Eduardo Bezerra de Souza

Universidade Federal de São Paulo –
UNIFESP – São Paulo/SP – Brasil
edu10pontos@gmail.com

Palavras-chave: instrução pública; São Paulo século XIX; Santa Ifigênia; escola de primeiras letras; Carlos Jozé da Silva Telles.

Para citar este artigo:

SOUZA, Eduardo Bezerra de. A marcha da instrução pública na Província de São Paulo: a Escola de Primeiras Letras de Santa Ifigênia (1832-1850). **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 27, n. 64, p. 232-262, maio/ago. 2026.

DOI: 10.5965/1984723827642026232

<http://dx.doi.org/10.5965/1984723827642026232>

The march of public instruction in the Province of São Paulo: the School of First Letters of Santa Ifigenia (1832-1850)

Abstract

Bibliographical and documentary research, of a historiographical nature, is presented on the development and organization of public instruction in the Province of São Paulo at the beginning of the 19th century. The goal is to discuss ways of reading, writing and count at the School of First Letters of the Parish of Santa Ifigênia. For this purpose, anchored in the History of School Culture, reports prepared by the professor Carlos Jozé da Silva Telles, promoter of the march of public education among years 1832 and 1850. The practices of this teacher allow us to understand that teaching elementary school taught at that institution sought to instill the need for respect and of obedience to constituted authorities, configuring a specialized education in the moral and physical control and disciplining of future generations aiming at modifying of habits and the formation of a citizen in accordance with a civilizing project underway in the 18th century of São Paulo.

Keywords: public instruction; São Paulo 19th Century; Santa Ifigênia; school of first words; Carlos Jozé da Silva Telles.

La marcha de la instrucción pública en la Provincia de São Paulo: la Escuela de Primeras Letras de Santa Ifigenia (1832-1850)

Resumen

Se presenta una investigación bibliográfica y documental, de carácter historiográfico, sobre el desarrollo y organización de la instrucción pública en la Provincia de São Paulo a principios del siglo XIX. El objetivo es discutir formas de leer, escribir y conde en la Escuela de Primeras Letras de la Parroquia de Santa Ifigênia. Para este propósito, anclado en la Historia de la Cultura Escolar, informes elaborados por el profesor Carlos Jozé da Silva Telles, promotor de la marcha de la educación pública entre años 1832 y 1850. Las prácticas de este maestro nos permiten comprender que la enseñanza. La escuela primaria impartida en esa institución buscaba inculcar la necesidad de respeto y de obediencia a las autoridades constituidas, configurando una educación especializada en el control y disciplinamiento moral y físico de las generaciones futuras con el objetivo de modificar de hábitos y de formación del ciudadano según un proyecto civilizador en marcha en el siglo XVIII en São Paulo.

Palabras clave: instrucción pública; São Paulo siglo XIX; Santa Ifigênia; escuela de primera letra; Carlos Jozé da Silva Telles.

Introdução

Este artigo analisa a organização e o desenvolvimento da instrução pública na Província de São Paulo na primeira metade do século XIX. Elege-se como foco de estudo a Escola de Primeiras Letras da Freguesia de Santa Ifigênia, na qual Carlos Jozé da Silva Telles atuou como mestre entre 1832 e 1850. Por meio de uma análise discursiva e dialógica, examinam-se os aspectos constitutivos de relatórios elaborados por esse professor.

Metodologicamente, este estudo ancora-se na História Cultural, notadamente na História da Cultura Escolar. Essa perspectiva, privilegiada nas pesquisas em História da Educação, foca as investigações nos processos históricos de constituição das práticas de ensino e aprendizagem. Valorizam-se as relações sociais e pedagógicas entre os sujeitos envolvidos na transmissão, reprodução e produção dos saberes escolares.

Sob essa ótica, o referencial teórico sustenta-se nos constructos de Augustin Escolano Benito (2017). Para esse autor, o termo “cultura escolar” designa o conjunto de práticas e discursos que regulam a vida das instituições de educação formal e a profissão docente e se estrutura em três dimensões: a) a cultura empírica, referente às experiências concretizadas na cultura material e apoiada pelas práticas escolares; b) a cultura científica, relacionada ao desenvolvimento do conhecimento especializado, legitimado pela reflexão discursiva e pela investigação do próprio universo escolar; e c) a cultura política, vinculada às normas, à linguagem e às práticas institucionalizadas no ambiente escolar.

A partir desse embasamento teórico, examinaram-se os relatórios elaborados pelo mestre Carlos Jozé da Silva Telles (1832-1850). Essa análise permitiu extrair aspectos da organização e do desenvolvimento da instrução pública paulista oitocentista, revelando os modos de ensino da leitura, da escrita e do cálculo, bem como os objetos, utensílios e artefatos pedagógicos. Os documentos também evidenciam os tempos e espaços destinados à instrução dos meninos na Escola de Primeiras Letras da Freguesia de Santa Ifigênia. Concomitantemente, buscou-se compreender como as estratégias do professor Telles contribuíram para a manutenção da ordem, da disciplina e para a promoção da civilidade, da moral e dos bons costumes naquela instituição.

Em vista do exposto, este texto organiza-se em quatro seções, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira, “Horizontes civilizatórios: a instrução pública na Província de São Paulo oitocentista”, discorre-se sobre a percepção dos governantes paulistas da instrução como instrumento de propagação de ideais civilizatórios. A segunda seção, “O tripé elementar: práticas de leitura, escrita e cálculo em Santa Ifigênia”, demonstra aspectos do ensino desses saberes fundamentais, analisando a instrução como vetor de modernização da Província. Na terceira, “A materialidade do ensino: artefatos e suportes pedagógicos na Escola de Telles”, apresenta-se a provisão material da escola e sua relação com as práticas pedagógicas. A quarta seção, “Entre a ordem e o controle: estratégias disciplinares do Mestre Telles”, aponta os mecanismos do professor para manter a ordem e a disciplina, demonstrando a hierarquização e o controle a que ele estava submetido. Nas considerações finais, certifica-se que investigar suas práticas permitiu compreender como a marcha da instrução pública paulista se colocou como mecanismo responsável por preparar as crianças para o mundo adulto, asseverando que instruir, formar e civilizar constituíram estratégias escolares propedêuticas com vistas à civilização de parte das crianças e jovens na Província de São Paulo.

Horizontes civilizatórios: a instrução pública na Província de São Paulo oitocentista

No período pós-independência, a instrução pública passou a ser vista como elemento fundamental para a promoção da civilidade, da moral e dos bons costumes, necessários à emancipação da nação brasileira. Desde o Renascimento, e mais especificamente a partir dos ideais iluministas, o ato de educar trouxe consigo a marca da utopia, conferindo identidade à educação como matéria social. O século XVII impõe, com a instituição dos colégios jesuíticos, “um padrão educativo constituído pela marca de atuar como referência civilizatória” (Boto, 2003, p. 12).

Entretanto, é no século XIX que se estabelece, concomitantemente à institucionalização da Pedagogia como Ciência, um novo modelo de educação, pautado no rompimento com a tradição e as convenções, buscando firmar novos conceitos teóricos e metodológicos cientificamente válidos. No decorrer desse século, com a

promulgação da Lei de 15 de outubro de 1827, a instrução pública assumiu papel decisivo, buscando instituir as bases para a expansão do ensino. Como estratégia de governo destinada a civilizar e pacificar as populações, passou a ser considerada fator fundamental para o desenvolvimento político e econômico da Nação (Boto, 2003, p. 379).

No caso da Província de São Paulo, sem instrução, considerava-se impossível civilizar o povo. Durante todo o século XIX, emergiu na Província um intenso debate focado na necessidade de educar jovens e crianças, não apenas para o exercício da cidadania, mas para formar uma unidade e modernizar o território. Essas foram algumas das bandeiras levantadas pelos governantes paulistas, os quais, nas diversas instâncias em que atuaram, envolveram-se em prol da difusão da escola elementar, defendendo-a como instrumento de um processo civilizatório (Marcílio, 2014, p. 66).

Raphael Tobias de Aguiar, membro do conselho da presidência da Província na década de 1820, posicionou-se como um ilustrado ao encaminhar reivindicações e sugerir ações no campo da cultura e da educação.

Foi com o argumento iluminista de que “sem luzes os povos jamais serão felizes” que ele propôs a criação de várias aulas de primeiras letras e de gramática latina, a implantação de exames públicos ao final do ano letivo, a adoção do ensino mútuo nas escolas elementares, o ensino simultâneo da língua francesa pelos professores de latim, mais recursos para a instrução pública e a instalação imediata da universidade criada pela Lei da Assembleia Constituinte Legislativa de 1823 (Hilsdorf, 2002, p. 189).

Em vista disso, nas décadas iniciais do século XIX, a instrução pública paulista foi compreendida como um mecanismo relevante, emergindo como estratégia fundamental defendida pela elite intelectual para a produção de um povo ordeiro e civilizado, questão central para o progresso da Província. A escola paulista colocou-se, assim, como instituição responsável por preparar a criança para o mundo adulto, sendo o “instruir, formar e civilizar” estratégias propedêuticas (Boto, 2003, p. 2).

Diante desse cenário, infere-se que a implantação das escolas paulistas no curso do século XIX viabilizou a emergência de um processo civilizatório que buscou, por meio da instrução, uma profunda mudança comportamental e um investimento no controle social e no autocontrole dos indivíduos. Pretendeu, “acima de tudo, civilizar, ou seja,

conferir prioridade à transmissão sistemática e institucional de formas de se comportar” (Boto, 2010, p. 47).

No decorrer do século XIX, observou-se, em diferentes partes da Província de São Paulo, tanto em núcleos urbanos e sedes dos municípios, quanto em bairros rurais e distantes, a abertura de inúmeras Escolas de Primeiras Letras. Sobre esse assunto, Colistete (2017), em pesquisa que investigou as iniciativas educacionais e mobilização por escolas primárias em São Paulo entre os anos 1830-1889, apontou que, em um contexto marcado pelo isolamento, analfabetismo, centralização política e burocracia, a província paulista procurou organizar o seu sistema de instrução pública. Para isso, contou com a presença maciça dos imigrantes europeus, que, chegando à Província a partir da década de 40 do Oitocentos, cuidaram da criação de algumas escolas étnicas em diversas comunidades urbanas e rurais, tal como fizeram alemães e suíços nas regiões de Rio Claro, Limeira e Indaiatuba. Para compreender parte dessa marcha da instrução pública, toma-se como foco de estudo a Escola de Primeiras Letras da Freguesia de Santa Ifigênia, onde o mestre Carlos Jozé da Silva Telles atuou entre 1832 e 1850.

O tripé elementar: práticas de leitura, escrita e cálculo em Santa Ifigênia

A Freguesia de Santa Ifigênia foi criada em 1809. Sua origem remonta à história da Paróquia de Santa Ifigênia, com localização privilegiada, na divisão dos antigos caminhos coloniais para Pinheiros e Luz. Iniciava-se na Rua Sete de abril, rodeada de chácaras, das quais a mais conhecida foi a Chácara do Arouche, situando-se entre os arrabaldes das Freguesias da Luz e da Sé (Jorge, 1999, p. 109). No início do século XIX, a Freguesia era ocupada por inúmeros estudantes, o que explica a existência de residências acadêmicas onde moraram personalidades que passaram pela Faculdade de Direito. Frequentada por “ruões e pelas mulheres do comércio ambulante”, a Freguesia de Santa Ifigênia contou, no primeiro quartel do século XIX, com alguns mestres régios: o professor Luiz da Costa Faria, que lecionava em uma modesta casa defronte ao Hospital Militar; o Pe. Joaquim Monteiro, que ministrava os primeiros ensinamentos na rua Nova de São José; e a mestra Maria Francisca, cujos ensinamentos ocorriam em sua residência à rua do Rosário. Esses mestres ensinavam a uma ínfima população infantil, pois “os pequenos filhos dos

notáveis aprendiam as bases da leitura e das contas em seu recesso familiar” (Jorge, 1999, p. 110).

Conforme preconizava a Lei de 15 de outubro de 1827, providenciou-se a instalação da primeira escola pública da Freguesia, denominada Escola de Primeiras Letras de Santa Ifigênia. À luz das informações bibliográficas sobre a história da cidade de São Paulo, a escola era situada ao lado do 7º Quartel Militar, “próxima à Igreja de Santa Ifigênia, confinada pelo ribeiro Anhangabaú” (Hilsdorf, 1999, p. 13). Em documento oficial, Dom Manuel Gonçalves de Andrade, bispo diocesano e vice-presidente da Província, nomeou, em 16 de outubro de 1830, João Francisco dos Santos como o primeiro professor dessa escola. Entretanto, em junho de 1831, o mestre solicitou demissão, o que motivou nova provisão para a instituição. Foi escolhido, então, Carlos Jozé da Silva Telles, antigo mestre da Freguesia de Nazareth, que, em 27 de agosto, em requerimento à Câmara, pedia “attestação para receber o seu ordenado” (Jorge, 1999, p. 112).

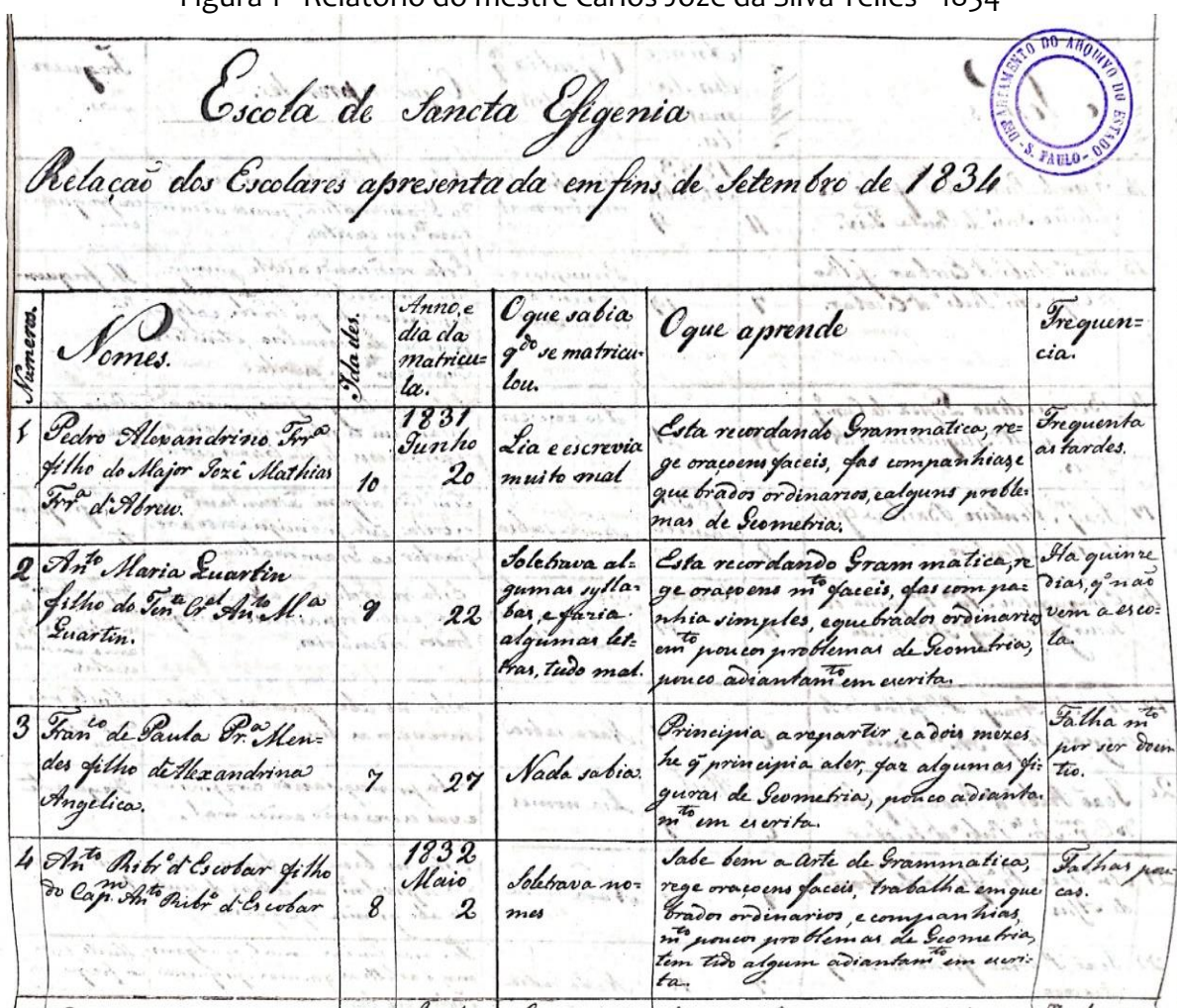
O professor Carlos Jozé da Silva Telles era homem respeitável e de idade madura. Nascera em 1786, filho de Jaime da Silva Telles, português, figura de destaque no meio paulistano. Era irmão de João Batista Telles de Queiroz, panfletista político, e de Jaime Telles, vereador da Câmara de São Paulo. A literatura aponta que o mestre assumiu a escola de Santa Ifigênia aos 45 anos e foi aprovado no cargo após exame perante o Conselho do Governo (Taunay, 1977, p. 368).

Vestígios da trajetória do professor Telles e de sua atuação no desenvolvimento da instrução pública paulista podem ser revelados a partir dos inúmeros relatórios por ele elaborados entre 1832 e 1850, atualmente preservados no Arquivo Público do Estado de São Paulo. Salienta-se que os relatórios dos professores das escolas de primeiras letras produzidos nas décadas de 1820, 1830 e até meados dos anos 1840 eram chamados de “mapas”. No que concerne à sua estrutura gráfica, esses documentos eram manuscritos e “tinham medidas relativamente grandes: alguns podiam chegar a 0,50m de largura por 1,00m de altura” (Barra, 2001, p. 19).

Em sua maioria, esses documentos eram acompanhados por ofícios que informavam remetente e destinatário e, em alguns casos, a lei, portaria ou ordem que estava sendo cumprida. Conforme demonstra a figura 1, nos relatórios do professor Telles, constata-se que, na parte superior, o mestre registrava o nome da escola seguido

da expressão "relação dos escolares", mês e ano corrente. Abaixo, identificam-se colunas com a indicação de categorias como: "número"; "nomes"; "idade"; "ano e dia da matrícula"; "o que sabia quando se matriculou" e "frequência". Essas categorias foram sendo progressivamente substituídas por termos mais simples, como: "dia da matrícula"; "exame da entrada"; "aproveitamento" e "comportamento".

Figura 1 - Relatório do mestre Carlos Jozé da Silva Telles - 1834



Nº	Nomes.	Idade	Anno, e dia da matrícula.	O que sabia q ^{do} se matriculou.	O que aprende	Frequência.
1	Pedro Alexandrino Fr ^o filho do Major Jozé Mathias Fr ^o d'Abrav.	10	1831 Junho 20	Lia e escrevia muito mal	Esta recordando Grammatica, rege orações facéis, faz comparições que brados ordinarios, e alguns problemas de Geometria.	Frequenta as tardes.
2	Ant ^o Maria Quartim filho do Ten ^{te} Cr ^o Ant ^o M ^o Quartim.	9	22	Soletava algumas syllabas, e fazia algumas letras, tudo mal.	Esta recordando Grammatica, rege orações m ^{to} facéis, e faz comparições simples, e que brados ordinarios, em poucos problemas de Geometria, pouco avança em escrita.	Ha quinze dias, q ^{do} não vem a escola.
3	Fran ^{co} de Paula Pr ^o Mendes filho de Alexandrina Angelica.	7	24	Nada sabia.	Principia a regar e a desmexos, e q ^{do} principia a ler, faz algumas figuras de Geometria, pouco avança em escrita.	Falta m ^{to} por ser doente.
4	Ant ^o N ^o d'Escobar filho do Cap ^{to} Ant ^o N ^o d'Escobar	8	1832 Maio 2	Soletava nomes	Sabe bem a Arte de Grammatica, rege orações facéis, trabalha em que brados ordinarios, e comparições, em poucos problemas de Geometria, tem tido algum avança em escrita.	Falta poucas vezes.

Fonte: Telles, 1834.

Em alguns relatórios, o professor acrescentou os termos: "o que estão aprendendo"; "estado actual"; "faltas". Na parte inferior de cada relatório, Telles criava um campo de "observações", no qual expunha informações sobre o ensino, as condições estruturais da escola, as dificuldades no exercício docente, seguida da quantidade de crianças da turma, data e assinatura.

Embora a Lei de 15 de outubro de 1827 exigisse que fossem informados apenas o número e o aproveitamento de alunos, as categorias criadas pelo professor Telles ampliavam substancialmente a qualidade das informações requeridas pelo poder público. Observa-se que os registros explicitavam quatro conjuntos de dispositivos: 1) o número de alunos frequentes; 2) a identificação de cada discípulo (nome, idade, filiação, naturalidade, condição e cor); 3) a administração da escola (dia de matrícula, entrada e faltas); e 4) a avaliação, incluída no campo “aproveitamento” e referente a aspectos sociais e comportamentais, emergindo como “observações gerais” ou “outras informações” que o mestre julgava necessário reportar.

Considerando esse conjunto, constata-se a função desses documentos como elementos estatísticos, conformando modos de representar, produzir e controlar a realidade. Naquele contexto, cumpriam a dois regimentos de governo: “o controle do efetivo trabalho do professor, atestado necessário para pagamento salarial; e o controle da frequência de alunos, imprescindível para manutenção da escola” (Vidal, 2012, p. 49). Desse modo, o professor cumpria a determinação do governo, e seus relatórios, além de atenderem a uma demanda do Estado, explicitavam indícios da apropriação/inculcação de conhecimentos no interior da Escola de Primeiras Letras de Santa Ifigênia.

Pode-se inferir que seus relatórios funcionavam como reguladores de dispositivos pedagógicos. Evidenciavam aspectos da instrução pública paulista ao apontarem para uma prática gerada nas burocracias que administravam os sistemas educativos, revelando “todo o jargão por meio do qual se veicula a linguagem das normas (estrutura, dispositivos de governo e controle, reformas, inovações curriculares e didáticas, relações com os atores do sistema)” (Escolano Benito, 2017, p. 122).

Nessa conjuntura, como instrumento de uma cultura política, além de sistematizarem dados sobre as burocracias e a prática escriturística, os relatórios sinalizavam o aproveitamento de cada criança, conferiam visibilidade aos conhecimentos apreendidos, à aplicação de métodos de ensino e apontavam critérios para a qualificação e registro das características pessoais dos discípulos (naturalidade, filiação, condição).

Tomadas como recursos pedagógicos, as categorias revelam que o registro do professor extrapolava a determinação legal. A forma como Telles organizava seus relatórios traz indícios sobre a formalidade do desenvolvimento da instrução, indicando

que, além da frequência, cabia ao mestre um registro burocrático, disciplinar e pedagógico. O sentido pedagógico pode ser demonstrado nos apontamentos dos campos “o que sabião quando se matricularão”, “o que estão aprendendo” e no controle sobre a frequência.

A título de exemplo, em relatório de 1834, o professor registra que o aluno Pedro Alexandrino Ferreira de Abreu, de 10 anos, filho do Major Jozé Matheus Ferreira de Abreu, fora matriculado em 20 de junho de 1831. Segundo Telles (1834, p. 1), o aluno “lia e escrevia muito mal”. No campo “o que estão aprendendo”, o professor sinalizava que Pedro “está em sintaxe, e ainda lê com custo, faz as quatro operações, quebrados ordinários e algumas proporções fáceis, e alguns problemas de geometria, quanto à escrita, quase nenhum adiantamento, têm talento, mas pouca atenção presta a todo o ensino” (Telles, 1834, p. 1).

A preocupação do mestre em arrolar o adiantamento no ler, escrever e contar pode ser atestada no mapa de 25 de setembro de 1834. Conforme indicado, o mesmo discípulo, Pedro Alexandrino, ainda “lia e escrevia muito mal”; “está recordando grammática, reage oraçoens fáceis, faz companhias, e quebrados ordinários, alguns problemas de geometria” e “frequentava as aulas no período da tarde” (Telles, 1834, p. 1).

O aluno Antônio Maria Guartin, 9 anos, filho do Tenente Antônio Guartin, matriculado em 22 de junho de 1831: “soletrava algumas syllabas e fazia algumas letras, tudo mal” (Telles, 1834, p. 1). De acordo com o professor, o aluno “esta recordando grammática, reage oraçoens muito fáceis, faz companhias simples, e quebrados de ordinários, e poucos problemas de geometria, pouco adiantamento em escrita” (Telles, 1834, p. 1). Referente à frequência, Telles (1834, p. 1) asseverava que Antônio Maria Guartin “há quinze dias não vêm à escola”.

Observa-se na exposição de 1834 que os alunos João Maria de Araújo Pinto (6 anos), Antônio José, João Pedroso e Gregório de Oliveira (7 anos), “nada sabiam” ao ingressar. Apenas João Ribeiro de Escobar (6 anos) “lia nomes” e “está principiando a repartir e vai escrevendo ainda mal”, sendo um aluno frequente. Apesar de o professor indicar que João Maria de Araújo Pinto “nada sabia”, no campo sobre o que aprende,

atestava que a criança “está no ABC, faz poucas letras, escreve na louza” e apresentava “muito pouca frequência” (Telles, 1834, p. 1).

Os pareceres desse mapa não permitem afirmar a simultaneidade no ensino do ler e escrever, contudo, comprovam o cuidado do mestre em registrar o nível de aprendizagem, identificando os estágios de conhecimento dos discípulos, como: “está no ABC e poucas letras escreve na louza”; “já faz na louza sofrivelmente, as letras da carta e do ABC grande e pequeno”; “escrevia muito mal e lia livro sofrivelmente”; “princiava ler nomes, mas poucas letras fazia” (Telles, 1834, p. 2).

Referente ao ano de 1837, a exposição produzida pelo professor Telles (1837, p. 1) informa que o aluno Bernardino Lopes de Camargo (13 anos), filho de Maria Miquelina das Dores, matriculado em 19 de setembro, “lê e escreve sofrivelmente e faz as 4 operações com números inteiros e quebrados em companhia não bem”. Enquanto isso, o aluno João Monteiro Barbosa (8 anos) “pricipia analisar a gramática, faz as 4 operações com números inteiros e quebrados [...] ainda mal pouco sabe de geometria, letra sofrível” (Telles, 1837, p. 2).

Em relatório de 2 de julho de 1839, o professor Telles informa que sua turma era formada por 52 alunos. Nesta turma, o aluno José Xavier (7 anos), filho de Felisberto Xavier, “faz algumas letras muito mal, e lê syllabas de duas letras”. Já o aluno Francisco Xavier Bueno (7 anos), filho de Joaquim Corrêa, “faz as letras do ABC grandemente mal ainda e lê syllabas de três letras” (Telles, 1839, p. 2).

Na turma de 1840, o mestre inscrevia que o aluno Francisco de Paula, de 10 anos, filho de Anna Borges, “princiava a ler nomes; lê e escreve mal e acerta números”, além disso, era “muito vadio e fujão”, e “há 2 mezes não entra na escola” (Telles, 1840, p. 2).

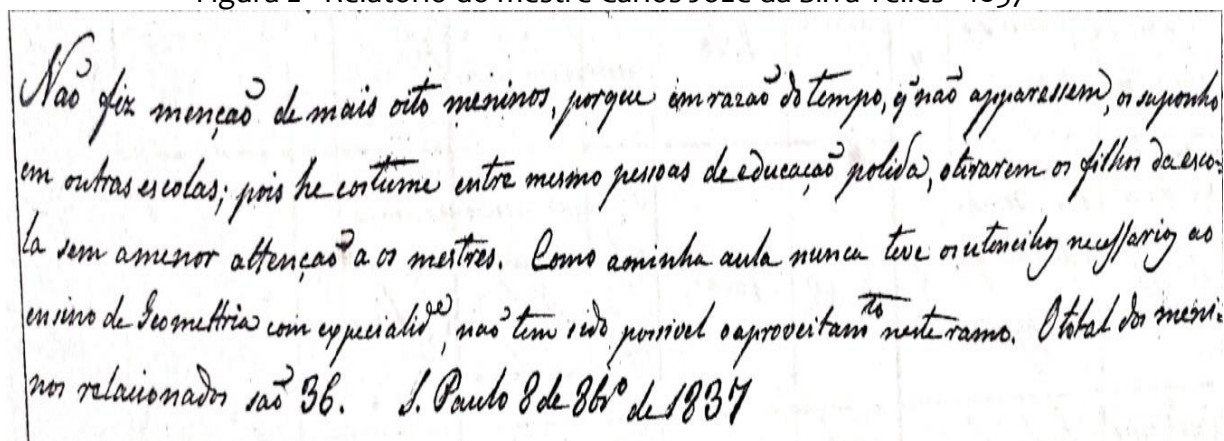
Observando o conjunto de relatórios examinados, verificou-se que as turmas do professor Telles eram numerosas. A turma de 1832 contava com 43 alunos; a de 1834, com 33; a de 1837, com 36; a de 1838, com 41; e as de 1839 e 1846, com 52 alunos. As faixas etárias demonstram tratar-se de agrupamentos multisseriados: os meninos Gabriel Friz Coutinho, Francisco Antônio Maria Guartin e Francisco de Paula Mendes, da turma de 1833, tinham 6 anos; Jozé Alpino e João Antônio Maria Rangel, da mesma classe, tinham 16 anos. Completavam essa turma outros meninos com idades entre 12, 13, 14 e 15 anos.

Essa discrepância etária foi averiguada nos relatórios, que, além das características pessoais, sinalizavam também a pluralidade das condições sociais dos discípulos.

O relatório de 1840, por exemplo, indicava que o mestre tinha quatro alunos de famílias da elite, sete filhos legítimos de camadas inferiores, dez ilegítimos, um exposto e um escravo. Apenas cinco discípulos estavam há mais de um ano na escola; os demais haviam entrado ao longo de 1840. Destarte, a Escola de Santa Ifigênia sofria com a baixa frequência discente. No mapa de 6 de agosto de 1846, por exemplo, o discípulo Domingos José de Freitas teria se ausentado naquele ano 58 vezes; Benedito José de Amparo, filho de Luciano José de Amparo, possuía 44 faltas; e Francisco José de Toledo, filho de José Manoel de Toledo, ausentara-se 36 vezes. A heterogeneidade dos grupos e a baixa frequência levantam hipóteses sobre as dificuldades enfrentadas pelo professor Telles na condução do ensino, notabilizando uma das adversidades da instrução paulista no início do século XIX.

Conforme aponta a figura 2, no mapa de 8 de outubro de 1837, o professor Telles justifica a ausência do registro de oito meninos:

Figura 2 - Relatório do mestre Carlos Jozé da Silva Telles - 1837



Não fiz menção de mais oito meninos, porque em razão do tempo, q' não apparecem, os supunho em outras escolas; pois he costume entre mesmo pessoas de educação polida, tirarem os filhos da escola sem a menor attenção a os mestres. Como a minha aula nunca teve o utenhoq neffariq ao ensino de Geometria com especialid^{de}, nao tem sido possivel o aproveitam^{to} neste ramo. Total dos meninos relacionados sao 36. S. Paulo 8 de 86^o de 1837

Fonte: Telles (1837).

não fiz menção de mais oito meninos porque em razão do tempo que não aparecem, os supunho em outras escolas, pois hé costume, entre mesmo pessoas de educação polida, a tirarem os filhos da escola sem a menor attenção aos mestres (Telles, 1837, p. 2).

Os dados consignados nos manuscritos do professor Telles fornecem indícios sobre as modalidades pelas quais se efetivava a instrução pública naquela escola. No conjunto de mapas examinados, observaram-se expressões relacionadas ao ensino da leitura, da escrita e do cálculo. Em relatório de 16 de junho de 1848, o mestre atestava que o aluno Antônio de Camargo, de 7 anos, “estava no ba, agora está em ABC, porque conhece poucas letras, escreve o ABC grande e pequeno na louza e sofrivelmente” (Telles, 1848, p. 1).

Semelhantemente, no relatório de 10 de janeiro de 1850, o professor registrava que o estudante Benedito José dos Santos, de 7 anos, filho de Maria Rosa, “lê nomes de várias syllabas ainda mal, escreve sofrivelmente na pedra, e principia a escrever números, pois o tempo de escola está adiantado” (Telles, 1850, p. 1). Já o estudante Manoel Caetano Moreira, de 10 anos, filho do Capitão Cândido Caetano Moreira, “pouco melhor lê e escreve, não quer decorar a taboada” (Telles, 1850, p. 2).

Nos registros do professor Telles, identificou-se o uso da “pedra ou lousa” como suporte para o ensino da escrita, o que implicava a utilização de outros materiais e um método de escrita preliminar conhecido como “debuxar”: “exercício que treinava os movimentos da mão para o exercício com os traslados, exemplares de escrita usados pelos alunos nas escolas e que serviam de modelo no talhe da letra” (Barra, 2001, p. 29).

Conforme estipulado pela Lei de 1827, o ensino deveria ocorrer pelo método mútuo ou lancasteriano. A defesa desse método residia em sua utilidade para a ampliação do processo de instrução das massas, correspondendo ao ideário civilizatório iluminista que se irradiava da Europa. Nesse contexto, o sistema do método mútuo aparecia como “[...] poderosa arma na luta para fazer com que a escola atingisse um maior número de pessoas” (Faria Filho, 1999, p. 141). Contudo, tanto na Escola de Primeiras Letras da Sé quanto na de Santa Ifigênia, seus professores “[...] não sabiam como executá-lo, não dispunham do material escolar necessário para viabilizá-lo e mantinham seus métodos tradicionais de ensino individual” (Marcílio, 2014, p. 70).

Essa constatação pode ser corroborada pelo formato de lista pelo qual Telles registrava as informações de seus alunos nos mapas, indicando, assim, um enfoque individualizado e a notória heterogeneidade dos graus de aprendizado dos discípulos. Era assim, por exemplo, que o mestre apontava que o aluno João Pedro de Lima, de 9 anos,

filho de Joaquim de Lima, “entrou a 22 de fevereiro conhecendo quase todas as letras. Está lendo syllabas de 3 e 4 letras, acerta números, escreve em papel, a letra ainda é sofrível” (Telles, 1849, p. 1).

No relatório de 1832, o aluno Benedito Antônio dos Reis, com 14 anos, filho de Gertrudes dos Reis, “princiava ler nomes, poucas letras fazia, principiava a arte da gramática e fazia quebrados ordinários” (Telles, 1832, p. 1). No parecer de 25 de setembro de 1834, o mestre demonstrava que João Maria Araújo Pinto, com 6 anos, filho do cirurgião Joaquim Antônio Pinto, “está no abc e poucas lettras escreve nas louzas, já faz nas louzas sofrivelmente as lettras da carta e do ABC grande e pequeno” (Telles, 1834, p. 2). No mesmo relatório, o professor descrevia individualmente o progresso dos discípulos em relação ao ensino da leitura e da escrita de diferentes maneiras: “está no abc”, “faz riscos”; “principia a recordar a arte, mas pouco sabe de cor”; “principia a repartir”, “escreve muito mal” ou apenas “nada sabe” (Telles, 1834, p. 3).

Em 1837, o professor Carlos apontava que um discípulo “está em linguagens, principia a multiplicar, a letra vai com pouca melhora” (Telles, 1837, p. 1). Em 1838, registrava que outro menino:

estava adiantado em escrita, mas he inimigo de ler, percebe pouco a regencia grammatical, faz companhia pr. numeros mixtos, a letra ainda não he boa já faz mtas. lettras na louza e le syllabas de duas letras; já le nomes de duas e tres syllabas não bem, e escreve na pedra; principia a sommar, está decorando a doutrina na cartilha a letra vai sendo sofrível (Telles, 1838, p. 1).

No que tange aos alunos em estágio avançado, o mestre consignava o progresso em “leitura, escrita aritmética, gramática”; ao passo que, para os noviços, restringia o registro a “carta de nomes” ou “em ABC” e “princiando a escrever”. Essa diferenciação, que demarca o “saber” e o “não saber”, transcende a mera aferição do tripé escolar oitocentista (“ler, escrever e contar”). A prática de registro do professor Telles revela-se, aqui, como um ponto de intersecção das dimensões da cultura escolar (Escolano Benito, 2017). Por um lado, o detalhamento do progresso (a “boa” letra, os exercícios de aritmética) insere-se na cultura empírica, sendo a prática pedagógica concreta para gerir a heterogeneidade discente. Por outro, a preocupação em “comprovar de fato a marcha da instrução pública” situa-se na cultura política. O relatório, como prática

institucionalizada, utiliza a linguagem das normas para validar o trabalho docente perante a burocracia estatal, legitimando a função civilizatória da escola. O esforço de Telles em categorizar os estágios de aprendizado, embora pautado no ensino individual, também tangencia a cultura científica, ao representar uma reflexão discursiva e uma produção de conhecimento especializado sobre a realidade daquela sala de aula.

A materialidade do ensino: artefatos e suportes pedagógicos na Escola de Telles

Os relatórios do professor Telles, embora sejam instrumentos da *cultura política* (Escolano Benito, 2017), transcendem sua função burocrática ao fornecerem indícios substanciais sobre a provisão material da Escola de Primeiras Letras de Santa Ifigênia. A análise desses documentos permite acessar os objetos, utensílios e artefatos requeridos ou utilizados pelo mestre, elementos que, em conjunto, configuram a cultura material daquela instituição.

Essa cultura material, compreendida como a expressão concreta da *cultura empírica* (Escolano Benito, 2017), não se resume a um inventário de itens. Conforme define Rosa Fátima de Souza (2007, p. 169), ela abrange o conjunto de instrumentos que viabilizam o funcionamento da escola, englobando desde “mobiliários e acessórios até a infraestrutura do prédio escolar, equipamentos e utensílios destinados ao ensino das disciplinas como livros de leitura, cartilhas, mapas, globos [...] entre outros”. Esses artefatos não são neutros; eles são portadores de práticas, métodos e saberes, sendo, portanto, centrais para a compreensão da experiência escolar e da própria cultura pedagógica.

Nesse sentido, a análise documental revela, conforme atesta a figura 3 que, em 1837, o professor Carlos Jozé da Silva Telles solicitou uma extensa lista de materiais e utensílios julgados indispensáveis ao desenvolvimento da instrução dos meninos.

Figura 3 - Relação dos objetos precisos para a Escola de Santa Ifigênia – 1837

Relação dos objectos precisos a Escola de 1^{as} Letras de S.^{ta} Ifigênia

+ 60 lousas,	+ + 60 canetas.
+ 6 massas de lapis de pedra.	+ + 4 lb ^{de} de esponja.
+ 2 porretes de barbante.	+ + 30 Tinteiros de chumbo.
20 compassos com suas tira-linhas.	3 cimi-circulos de ferro.
1 dictionario de Moraes ultima edição.	1 exemplar do ensino mutuo.
+ 6 canivetes p ^a penas.	+ + 6 canivetes p ^a lapis de pedra.
6 telegrafos.	6 vidros p ^a as janellas.
1 fecho pedrex p ^a a porta da rua.	1 fechadura p ^a a prizao.

Fonte: Telles (1837).

A lista de solicitações é um inventário eloquente dessa cultura material. Ela compreendia: lousas, maços de lápis de pedra, porretes de barbante, compassos, Dicionário de Moraes, canivetes para penas, telégrafos, fecho para a porta da rua, canetas, esponjas, tinteiros, semicírculos de ferro, Exemplares do Ensino Mútuo, canivetes, vidros e fechaduras. Além desses artefatos eminentemente pedagógicos, o mestre reclamava por exemplares de letras cursivas, grandes e bastardas, tintas, lápis, papel, penas. Notavelmente, a lista incluía também acessórios relacionados à manutenção do espaço, à higiene e à disciplina, como pote, barril, gamela.

Essas constantes reivindicações nos relatórios de Telles sobre a ausência de utensílios destinados ao ensino expõem a tensão entre as diferentes dimensões da cultura escolar. A cultura política (Escolano Benito, 2017), que normatizava a existência da escola, falhava em prover a cultura material (Souza, 2007) necessária para sua efetivação. A precariedade estrutural e a falta de recursos materiais não eram meros entraves administrativos; elas constituíam a condição definidora da cultura empírica (Escolano

Benito, 2017) naquela instituição, forçando o mestre a uma constante negociação com a escassez. Em 1841, por exemplo, preocupado em prosseguir com o desenvolvimento da instrução, o professor Telles solicita ao governo um compêndio de Arithmética de Besout, 16 quadros negros com 4 palmos de altura e dois de base para os semicírculos e ainda:

duas colleções completas de traslados impressos em letra inglesa, 2 esquadros e dois compassos de bom tamanho, 102 regoas, duas de 3 palmos de cumprimento cada huma, divididas em polegadas para os exercícios de Geometria e 100 de palmos e meio para uso dos discípulos, 16 quadros negros com 4 palmos de altura e dois de base para os semicírculos, outros tantos compasso, e esquadros menores, q' os acima mencionados, com igual número de regoas com dois palmos, divididos também em polegadas, 4 semicírculos de metal de bom tamanho, os sólidos mais necessários para a intelligência dos meninos feitos em pão, 2 catecismos de Montpellier para as explicações da doutrina, esponja, lápis e papel para vários discípulos, tinta para os que exercem sobre o papel, gis, pautas de meia folha, e bilhetes de prêmio, além destes, dos objetos seguintes, de tal forma impressos que se possa fazer delles nos quadros, a saber: 2 colleções de Doutrina Christã, a Constituição do Império, e duas colleções de Arithmética (Telles, 1841, p. 1).

Esses artefatos, os “semicírculos” (ou círculos de leitura) e os “quadros negros”, são a materialização de uma escolha pedagógica e política: o Método Mútuo. A solicitação desses itens, que davam à escola “um aspecto típico e original” (Lesage, 1999, p. 15), indica a tentativa de Telles de implementar ou aproximar-se da cultura científica (pedagógica) preconizada pela cultura política (normativa) da época. A organização espacial que esses objetos impunham, com o monitor em pé (“com uma vara, aponta a lição”) e os demais alunos em bancos ou no chão, configurava a própria *cultura empírica* da sala de aula lancasteriana (Lesage, 1999, p. 16).

A requisição dos semicírculos pode ser interpretada como uma estratégia que ultrapassa a mera instrução. Conforme a lógica de Lancaster (1805), o sistema de monitores, no qual os rapazes que apresentavam temperamento mais ativo eram transformados em auxiliares, funcionava como uma economia de controle disciplinar. A materialidade do semicírculo, portanto, sustentava uma prática pedagógica que visava internalizar a ordem e a disciplina, elementos centrais do processo civilizatório. A “vara dos monitores” (Lesage, 1999, p. 16) tornava-se um artefato de poder, indicando não apenas a lição, mas a hierarquia.

Além dos instrumentos do método, o mobiliário escolar básico ("estrado", "cadeira", "mesa"), embora "muito precário", e os instrumentos de escrita ("lousas", "lápiz de pedra", "canivetes para as penas", "tinteiros de chumbo") compunham o cenário dessa *cultura empírica*. A queixa do mestre de que "a pedra de riscar, precisa tingir-se e tirar-lhe as molduras porque incomodão" (Telles, 1837, p. 2) ou o pedido por "gavetinhas" para os tinteiros, para evitar que os meninos "cortem os aros e estraguem a tinta" (Telles, 1837, p. 2), são evidências micro-históricas do processo civilizatório. Elas revelam a preocupação com a ordem, a economia de material e a preservação do patrimônio, inculcando nos alunos os "bons costumes" através do controle do uso dos objetos.

Contudo, a dimensão mais explícita do projeto civilizatório revela-se nos impressos solicitados. O pedido por "2 Catecismos de Montepellier para as explicações da doutrina; 2 Collecções de Doutrina Christã, a Constituição do Império, e duas Collecções de Arithmética" (Telles, 1837, p. 1) é fundamental. Essa materialidade específica (os livros) demonstra que a escola não visava apenas alfabetizar. Ela era o local de "legitimação de parâmetros de racionalização dos gestos e das condutas" e de "disciplinar mentes, corpos e corações" (Boto, 2014, p. 102-103).

Esses compêndios e catecismos são a *cultura política* em forma de artefato. Eles materializam a necessidade de uma formação cívica e moral, considerada indispensável na época para a consolidação do Estado-nação. O ensino da leitura era, assim, instrumentalizado: aprendia-se a ler *para* ter acesso aos preceitos da "Doutrina Christã" (formação moral e religiosa) e às normas da "Constituição do Império" (formação cívica do súdito). A escola de Telles, portanto, transpunha para a prática pedagógica a missão de confirmar hábitos, crenças e valores prescritos, mediando, através desses ritos e conteúdos, a inscrição social da moral e da política no corpo infantil.

A solicitação desses impressos específicos (Catecismos, Doutrina) indica a conformidade de Telles com os regulamentos vigentes, demonstrando a "hierarquização e controle ao qual ele estava submetido" (cultura política). Simultaneamente, esses manuais configuravam-se como dispositivos que colocavam em circulação representações sobre a educação da criança, reafirmando a proeminência da religião católica como "sustentação ideológica para a consolidação do Estado". Ao

instrumentalizarem o ensino da leitura para o aprendizado da religião e da moral, esses artefatos circulavam um modelo de educação de matriz religiosa a ser reforçado pelas famílias. Sobre esse aspecto, Boto (2010) asseverou:

Nos manuais de ensino primário, é bastante comum a ideia de moral transmitida pelo texto vir costumeiramente acoplada a um roteiro de comportamentos pré-ordenados, que estruturam uma relação estreita entre condutas prescritas de civilidade e concepções de bem. A moral escolar é pois, bastante tributária da força do exemplo de narrativas criadas para efeito de cópias ou de ditados, que, ao mesmo tempo em que deviam ensinar a leitura, a escrita e a gramática, veiculariam formas de conduta valorizadas pela sociedade adulta para formar suas crianças (Boto, 2010, p. 49).

O "Catecismo de Montpellier", solicitado por Telles, enquadra-se perfeitamente nessa lógica. Suas 89 lições, estruturadas metodicamente em perguntas e respostas e divididas em três partes (História Sagrada, Vida Cristã/Mandamentos e Doutrina da Graça/Sacramentos), objetivavam a inculcação de preceitos morais, de civilidade e dos "bons costumes". A análise histórica desse manual e os vestígios de seu uso na Escola de Santa Ifigênia explicitam a função da instituição pública: formar os alunos, especialmente os "menos abastados", a partir de uma matriz de direitos e deveres intrinsecamente ligada à moral religiosa.

A par dos catecismos, o mestre solicita também "bilhetes de prêmio". Se os catecismos e a Constituição representam o conteúdo do projeto civilizatório, os bilhetes de prêmio são a tecnologia para sua implementação. Esses bilhetes, utilizados como forma de compensar os comportamentos, são artefatos de uma cultura empírica (Escolano Benito, 2017) focada na economia moral e disciplinar da sala de aula. Eles quantificam a virtude e materializam a recompensa, operando como o reforço positivo de um sistema que também conhecia a punição (indicada, talvez, pela solicitação de uma "fechadura para a prisão").

A relação de artefatos solicitados, portanto, comprova o papel central da cultura material escolar (Souza, 2007) no fazer docente em Santa Ifigênia. Pode-se deduzir que a ausência desses objetos comprometera as práticas do professor. Diante da carência, Telles revela a cultura empírica do seu fazer pedagógico: a necessidade de improvisar e adaptar para concretizar seu ofício, negociando entre o ideal normativo e a realidade material.

É na provisão material, ou na sua falta, que se identificam as ideias e práticas da instrução pública. Os artefatos listados (didáticos, estruturais, disciplinares e higiênicos) denotam como a instituição funcionava e como o professor Telles relacionava os objetos à sua prática. Identifica-se o lugar simbólico da escrita (lousas, penas, tinteiros); a pedagogia da oralidade e memorização (Dicionário de Moraes, exemplares); os artefatos de controle (fechadura); e, crucialmente, os objetos ligados à higiene (pote, barril, gamela, latrina).

A solicitação desses utensílios higiênicos não é um dado menor. Ela aduz a um modo adequado de magistério que incorpora as novas sensibilidades do processo civilizatório, que passam a valorizar a limpeza e a ordem sanitária. Demonstra, contudo, os percalços na constituição da instrução paulista, como por exemplo: a falta absoluta de condições de higiene, de água e de locais adequados para as necessidades fisiológicas atestam a dificuldade do governo em prover espaços salubres.

A preocupação do mestre ia além da falta de material didático, ao apontar que faltavam "pote ou barril para água, coco de beber e uma gamela para receber os restos de água" (Telles, 1837, p. 1), além de uma "pia de cal e tijolo para os meninos verterem a água que escoar para a latrina" (Telles, 1837, p. 1). O mestre reclama que a latrina necessitava "ser rebocada e caiada para ter mais luz" e que "os buracos das paredes da escola deviam ser diminuídos" (Telles, 1837, p. 1). A gestão desse espaço precário revela a dimensão civilizatória da higiene e da moral: era preciso tapar uma porção da parede que "servia para dar luz à escola", pois, por causa dela, "as crianças se comunicavam demais o que devassava o seminário" (Telles, 1837, p. 1). O controle da visão e da comunicação (a "devassa") era tão urgente quanto o controle sanitário. Chega a ser intrigante o relato do professor Telles, conforme atesta a figura 4:

Figura 4 - Relatório do mestre Carlos Jozé da Silva Telles - 1837

O local da escola tem dois grandes defeitos, o primeiro ser escura a metade em algumas tardes, e muito escura nas tardes de inverno, e só pode receber alguma luz pelo lado do quintal do seminário; o segundo he o insuportavel mau cheiro da latrina em mudanças de tempo; só q^m sofre pode saber o q^d padece com dores de cabeça, e transtorno de estomago. O Ex^{mo} Governo transacto achou melhor reduzir a antiga escola em casa de aluguel, do q^d augmentar a sala, e dar hum quintal como eu, e meus antecessores pudimog. S. Paulo 10 de Julho de 1837
 Carlos Jozé da S.^a Telles
 Professor de 1^{as} Lettras de S.^{ta} Efigenia.

Fonte: Telles (1837).

O local da escola tem dois grandes defeitos. O primeiro, ser escura a metade das tardes, e muito escura nas tardes de inverno e só pode receber alguma luz pelo lado do quintal do seminário; o segundo é o insuportável mau cheiro da latrina, em mudança de tempo, só quem sofre pode saber o que padece com dores de cabeça, transtornos de estômago (Telles, 1837, p. 2).

O relato visceral do mestre Telles, extraído da fonte documental, expõe o abismo entre a cultura política (o ideal normativo da instrução) e a cultura empírica (a realidade material do padecimento). O projeto civilizatório, metaforicamente associado às "luzes", era contradito pela "escuridão literal" da sala de aula, que impedia a própria prática pedagógica. De modo similar, o ideal de higiene e "bons costumes" sucumbia ao "insuportável mau cheiro" que provocava "transtornos de estômago", tornando o ambiente escolar um vetor de insalubridade. A própria arquitetura do controle se revelava paradoxal: a única fonte de luz era o "quintal do seminário", o mesmo local que, anteriormente, o mestre indicava como fonte de "devassa" moral. A cultura material (ou

a sua ausência) não era, portanto, um pano de fundo neutro, mas um agente ativo que comprometia a saúde, a moral e a instrução, transformando a prática docente de Telles menos em pedagogia e mais em um exercício de sobrevivência.

Entre a ordem e o controle: estratégias disciplinares do Mestre Telles

Não menos importante para a compreensão do cotidiano escolar oitocentista, as práticas ou intenções disciplinares constituem outro elemento fundamental que conduziu a "marcha da instrução" na Escola de Primeiras Letras de Santa Ifigênia. Para além da transmissão dos conteúdos de leitura, escrita e cálculo, a escola funcionava como um aparelho disciplinar. Os relatórios do professor Telles trazem indícios significativos das relações tecidas entre o mestre, seus discípulos e as famílias, denotando as tensões e conflitos imbricados na tessitura dessas relações.

Sobre esse aspecto, revela-se particularmente elucidativo o registro encontrado nas observações do mapa de 1832. Nesse documento, o mestre exterioriza a cultura empírica da instituição e a realidade comportamental dos alunos, ao mesmo tempo em que menciona aspectos da cultura política às normas e expectativas de conduta. Ao descrever a indisciplina dos seus alunos e as estratégias de vigilância e repressão empregadas para manter a ordem, Telles expõe o confronto entre as práticas institucionalizadas (o dever-se da escola) e a resistência ou inadequação dos sujeitos escolares (o ser da sala de aula). O relato, conforme atesta a figura 5, demonstra a complexidade desse embate:

Figura 5 - Observações do mestre Carlos Jozé da Silva Telles - 1832

Observações

A escola de S.^{ta} Efigenia não tem exemplares de escrita, e regras, &c, o que tem contribuído p.^o q.^o os meninos não adiantassem neste ramo de instrução.

A escola tem presentem^{te} falta de pedras, por terem nas esmaltadas de proposito, e cortado as guarnições de madeira aquelles meninos filhos das pessoas de representacão, q.^o os mandos aq.^o Elhar por faltas, estes mesmos meninos costumão maltratar a seus companheiros ao sair da escola, e muitas vezes insultão ao respeito, e insultão: tenho advertido a alguns pais das faltas de seus filhos, o resultado tem sido tirarem o filho da escola, ou virem praticar as mesmas faltas na escola immediatamente aquella (bem q.^o alguns tem corrigido a seus filhos) o q.^o me tem feito abandonar o uso de azevirar aos pais das faltas de seus filhos. Ainda q.^o eu confesso q.^o os castigos faum maior mal q.^o bem, com tudo a falta absoluta da palmatoria he causa de pouco proveito, q.^o os meninos tirão do methodo Lencastriano, visto faltarem os premios distribuidos na forma de mesmo adoptado, e faltarem as sociedades creadas p.^o melhoram^{te} do mesmo ensino.

Escola de S.^{ta} Efigenia desta lid.^{de} de S. Paulo 15 de 7.^{to} de 1832

O Professor de 1.^{as} letras Carlos Jozé da Silva Telles

Fonte: Telles (1832).

Abaixo, apresenta-se a transcrição do manuscrito do professor Telles, que não apenas detalha as severas carências materiais da escola de Santa Efigênia, mas também oferece um vislumbre sobre as tensões disciplinares, a relação com os pais dos alunos e

os desafios práticos de aplicação do método lancasteriano no sistema educacional paulista do século XIX:

A escola de S.ta Efigenia não tem exemplares de escrita, e reguas, o que tem contribuido para q' os meninos senão adiantassem neste ramo de instrução. A escola tem prezente de falta de pedras, por terem-nas esmigalhado de proposito, e cortado as guarniçoens de madeira aquelles meninos filhos das pessoas de representação, q.do os mando ajoelhar por faltas; estes mesmos meninos costumão maltratar a seus companheiros ao sahir da escola, e muitas vezes me faltaõ ao respeito, e me insultão: tenho advertido a alguns pais das faltas de seus filhos, e o rezultado tem sido tirarem os filhos da escola, ou virem praticar as mesmas faltas na escola imediatamente a queixa (bem q' alguns tem corrigido a seus filhos) o q' me tem feito abandonar o uzo de avizar aos pais das faltas de seus filhos. Ainda q' eu confesso q' os castigos fação maior mal q' bem, com tudo a falta absoluta da palmatoria he cauza do pouco proveito, q' os meninos tirão do methodo Lecastriano; visto faltarem os prêmios distribuídos na forma do ensino adoptado, e faltarem as Sociedades creadas para melhoramento do mesmo ensino (Telles, 1832, p. 1).

Nesse documento, o mestre exterioriza a *cultura empírica* daquela instituição e a realidade comportamental indisciplinada, ao passo que menciona aspectos da cultura política, relacionados às normas e práticas institucionalizadas. Ao descrever a indisciplina e as estratégias de repressão, Telles expõe o hiato entre o projeto civilizatório idealizado e a resistência dos sujeitos escolares.

No relatório de 1832, o mestre denunciava que “a escola de Santa Ifigênia não tem exemplares de escrita e régua o que tem contribuído para que os meninos não se adiantem neste ramo de instrução” (Telles, 1832, p. 1). O docente prossegue, relatando a destruição deliberada da cultura material: faltavam pedras por terem sido “esmigalhadas pelos alunos” e as guarnições de madeira haviam sido cortadas. Significativamente, os autores desses atos de vandalismo eram identificados como os “filhos das pessoas de representação” (Telles, 1832, p. 1).

Essa distinção social é crucial. Verificou-se que 17 alunos da turma de 1832 eram filhos de militares. Segundo Telles, esses meninos reproduziam, no microcosmo escolar, a violência e a impunidade de sua classe: costumavam maltratar seus companheiros ao saírem da escola e frequentemente faltavam com o respeito ao próprio professor. A tentativa de Telles de impor a ordem esbarrava nas redes de poder local: ao advertir os pais sobre as “faltas” de seus filhos, o resultado era a retirada dos alunos da escola, esvaziando a autoridade docente. Diante da infração e despido de autoridade coercitiva

física, o mestre queixava-se da "falta absoluta da palmatória" (Telles, 1832, p. 1), e recorria às sanções morais para intimidar os alunos, como a imposição de ficar de joelhos, numa tentativa desesperada de ritualizar a submissão.

As observações do professor revelam os códigos pelos quais se expressava a instrução pública paulista. À luz da teoria de Escolano Benito (2017, p. 124), esses relatos destacam os indicadores de controle e avaliação dos sujeitos, os atores implícitos com seus atributos e papéis de identidade (o aluno insubordinado, o professor impotente) e, fundamentalmente, as interações entre o sistema político de educação e os diversos contextos sociais (famílias, elite militar). O conflito na sala de aula era, portanto, um reflexo das tensões na cultura política mais ampla.

Além da carência material e da dificuldade em aplicar o método mútuo, o mestre denuncia a interferência parental, indicando como as hierarquias sociais permeavam os muros da escola. Isso se evidencia no uso de um léxico classificador para caracterizar os alunos: "mau gênio", "boa índole", "vadio", "bastante vadio", "preguiçoso", "foge algumas vezes", "muito teimoso", "gênio forte", "comportamento sofrível". Esses termos depreciativos não são meras descrições; revelam o mecanismo escolar de distinção e segregação a partir de aptidões individuais e morais. Conforme aponta Boto (2014, p. 10), ao nomear e pontuar créditos, a escola exerce seu caráter segregador, alçando alguns pelo talento e deixando outros à deriva de suas faltas.

Entretanto, o aparato disciplinar possuía facetas mais sombrias. Em 1837, par a par com os "bilhetes de prêmios" para os comportados, o mestre solicita às autoridades uma "fechadura para a prisão". A existência de uma prisão no espaço escolar suscita questionamentos sobre a natureza dos castigos. Embora não haja evidências diretas do uso da prisão nos relatórios, a cultura política imposta pela Lei de 1827 obrigava o uso do Método Lancaster. O manual do *Systema Britânico de Educação* (1823), tornado obrigatório, previa penalidades severas: "a cadeia de pao; a cesta; a caravana; os escritos de vergonha, as ofensas ou a prisão" (Lancaster, 1823, p. 59). O pedido da fechadura sugere, portanto, a tentativa de Telles de alinhar sua cultura empírica (prática punitiva) à norma legal vigente, institucionalizando o confinamento como pedagogia corretiva.

Outro ponto de tensão residia na própria localização da escola. O pedido de reparo da latrina, em 1837, revela não apenas questões higiênicas, mas disciplinares. O mau

cheiro e a falta de estrutura obrigavam, possivelmente, o uso das instalações do vizinho, 7º Quartel Militar. Essa proximidade era perniciosa: os meninos distraíam-se com os exercícios do instrumental do Quartel. Como observa Hilsdorf (1999, p. 210), “podemos imaginar o fascínio que os treinos militares despertavam nos alunos e a perturbação que representava para o professor”. A instrução civilizatória de Telles concorria, deslealmente, com a cultura militarizada e viril da caserna vizinha.

Durante décadas, Telles foi o único professor daquela Freguesia, enviando à Câmara protestos contra os regulamentos provinciais. Adepto dos castigos físicos tradicionais, ele considerava as novas medidas punitivas (morais/lancasterianas) insuficientes e incapazes de produzirem qualquer efeito vantajoso. Aqui, o mestre personifica a resistência da cultura escolar tradicional frente às inovações da cultura política liberal.

Por fim, é imperativo ressaltar o custo pessoal dessa marcha da instrução. Os relatórios assumem um caráter delator do sofrimento docente. No mapa de 30 de setembro de 1840, o mestre justifica o atraso no envio dos dados: “o mau estado de saúde em que me acho por atacar-me o cérebro e todo o sistema nervoso me impediu de dar a relação no tempo compreendido” (Telles, 1840, p. 2).

Esse apontamento denota o papel denunciativo do relatório. Telles utiliza o instrumento burocrático para explicitar a deterioração de sua higidez física e mental, relacionando-a, implicitamente, às urdiduras do ofício. O ataque ao cérebro e ao sistema nervoso surge como somatização do enfrentamento diário com a indisciplina, a precariedade material e a pressão das elites. Mesmo em meio a esses percalços, conflitos e hostilidades, o professor Telles permaneceria no cargo por mais uma década, configurando-se, em sua resistência e persistência, como o principal agente difusor da instrução pública na Freguesia de Santa Ifigênia.

Considerações finais

O objetivo deste artigo foi discorrer sobre os modos de ler, escrever e contar na Escola de Primeiras Letras da Freguesia de Santa Ifigênia. Neste propósito, ancorados na História da Cultura Escolar, examinaram-se relatórios elaborados pelo professor Carlos Jozé da Silva Telles, entre os anos de 1832 e 1850. O exame dessa documentação permitiu localizar vestígios de como se constituiu parte da cultura escolar paulista no início do século XIX.

Para além de uma função burocrática de escrituração, feita para o poder público com o objetivo de comprovação do efetivo exercício docente, esses manuscritos contribuem para se pensar a propagação de ideias, princípios, critérios e normas sedimentados ao longo do tempo nas instituições educativas. Enquanto objetos culturais, esses relatórios sinalizam elementos úteis na compreensão de como a realidade social foi construída naquele local a partir de um determinado contexto temporal, partindo das representações que se constituíram naquela determinada cultura.

Constata-se que, no limiar do século XIX, foi transferida para a escola a tarefa de legitimar o processo de adesão ao Estado, formar uma sociedade calcada nos princípios patrióticos e na formação de homens que soubessem lutar pela liberdade e pela felicidade de sua pátria. Impôs-se a necessidade de exigências: era preciso que os homens livres do Império tanto se reconhecessem quanto se fizessem reconhecer como membros de uma comunidade, pertencentes ao mundo civilizado, o qual era animado pelo ideal do progresso. Era preciso estruturar o país recém-independente, mobilizar seus dirigentes na busca pelo ordenamento jurídico e nos investimentos financeiros necessários para o campo educativo.

Associado ao cenário das transformações políticas, econômicas e sociais em curso no Brasil, a instrução ocupou um lugar central nas lutas em favor da emancipação do país. No caso da Província de São Paulo, em meio à precariedade da escola, falta de local para o seu funcionamento, inadequada formação pedagógica e ausência de mobiliários e materiais escolares, um projeto de instrução pública fortaleceu-se paralelamente à tentativa da construção de uma propalada modernização social.

Pode-se inferir que a constituição da escola paulista nas primeiras décadas do século XIX foi marcada pela existência de uma diminuta, precária e incipiente rede escolar conduzida por sujeitos não habilitados. Soma-se a isso a falta de espaços e prédios escolares apropriados, a exiguidade de compêndios, móveis e utensílios especificamente produzidos para o emprego educativo, a inadequada formação dos mestres, a falta de uniformidade nos métodos e as irregularidades na frequência escolar.

Entretanto, no propósito de extensão da instrução elementar às camadas populares, as condições adversas em que se implantaram as escolas paulistas não foram impeditivas para que, ao longo do Império, a escola se instaurasse progressivamente como instância civilizadora. Assim, firmou-se um discurso sobre a necessidade de equiparação material da escola, formação de seus professores, maior organização e fiscalização. Com isso, articulado ao processo de constituição da escola, à medida que esta vai se configurando e se fortalecendo como instituição social responsável pela formação dos indivíduos, foi também se solidificando uma racionalidade no processo civilizador, racionalidade que fez da escola sua instituição estratégica.

Esses dispositivos permitiram a constituição dos modos de produzir as escolas paulistas, que, mesmo diferenciadas entre si, estabeleceram-se conferindo um significado próprio: a busca pela civilidade, a implantação de uma civilização escolar, marcada por um conjunto de gestos organizadores dos rituais de ensinar e de aprender.

No caso da Escola de Primeiras Letras da Freguesia de Santa Ifigênia, os relatórios do mestre Carlos Jozé da Silva Telles atestam o caráter instrumental e regenerador que a instrução obteve no curso do século XIX, sendo possível identificar nesses escritos a incorporação e traços de uma civilização. Os relatórios do mestre nos dão pistas sobre o cotidiano escolar, indiciam modos de agir e de organizar espaços e tempos, engendrando liturgias normativas instauradas na Escola de Santa Ifigênia.

As práticas do professor Telles consideraram não apenas o caráter inventivo da cultura escolar, mas supuseram também o caráter de projeto social pressuposto na tarefa de escolarizar, instruir, educar e civilizar jovens e crianças, estabelecendo uma organização de estilos e de rotinas que perfizeram, a seu modo, um jeito específico e característico de transmissão de saberes, de valores e de maneiras de agir.

Nesse âmbito, inserem-se o respeito e o cumprimento das reformas que prescreveram códigos para a instrução como dispositivos de controle para a constituição da escola; as condições materiais impostas, incluindo-se o conjunto dos artefatos materiais que o mestre solicitava como: livros, manuais, cartilhas, compêndios escolares, catecismos; e, não menos importante, a apropriação das prescrições, as estratégias postuladas por ele a fim de manter a ordem e a disciplina em sua escola.

Considerando a Escola de Primeiras Letras de Santa Ifigênia, depreende-se então a existência de “uma cultura da escola, mediatizada pela arqueologia da educação, a partir de objetos, imagens, escritas e vozes, elementos que constituem estudos de uma história da materialidade e das práticas docentes” (Escolano Benito, 2017, p. 122).

Finalmente, testemunha-se que as práticas do professor Telles foram sendo construídas a partir do aparato legislativo, das materialidades, dos tempos, espaços e condições sociais, culturais, econômicas e políticas impostas. Infere-se que, a partir dessas facetas, foi se legitimando a liturgia escolar da Escola de Santa Ifigênia, um conjunto de ritos e rituais que tiveram um objetivo comum: desenvolver a racionalidade escolar como um projeto civilizador, configurando uma educação especializada no controle e disciplinamento moral e físico das futuras gerações, visando a modificação de hábitos e a formação de um cidadão em conformidade com um projeto civilizatório posto em curso pela marcha da instrução pública no Oitocentos paulista.

Referências

BARRA, Valdeniza Maria Lopes da. **Da pedra ao pó: o itinerário da lousa na escola pública paulista do século XIX**. 2001. 270 f. Dissertação (Mestrado em Educação - História e Filosofia da Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC, São Paulo, 2001.

BOTO, Carlota. A civilização escolar como projeto político e pedagógico da modernidade: cultura em classes, por escrito. **Cadernos CEDES**, São Paulo, n. 61, p. 378-397, dez. 2003.

BOTO, Carlota. A racionalidade escolar como processo civilizador: a moral que captura almas. **Revista Portuguesa de Educação**, Braga, v. 23, n. 2, p. 35-72, dez. 2010.

BOTO, Carlota. A liturgia da escola moderna: saberes, valores, atitudes e exemplos. **Revista História da Educação**, [São Leopoldo], v. 18, n. 44, p. 99-127, nov. 2014.

COLISTETE, Renato Perin. Iniciativas locais e mobilização por escolas primárias em São Paulo, 1830-1889. **Revista de História**, [São Paulo], v. 176, p. 1-37, 2017.

ESCOLANO BENITO, Augustín. **A escola como cultura: experiência, memória e arqueologia**. Campinas: Alínea, 2017.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Instrução Elementar no Século XIX. In: BASTOS, Maria Helena Câmara; FARIA FILHO, Luciano Mendes de (orgs.). **A escola elementar no século XIX: o método monitorial/mútuo**. Passo Fundo: UPS, 1999. p. 135-149.

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. O ensino mútuo na Província de São Paulo: primeiros apontamentos. In: BASTOS, Maria Helena Câmara; FARIA FILHO, Luciano Mendes de (orgs.). **A escola elementar no século XIX: o método monitorial/mútuo**. Passo Fundo: UPS, 1999. p. 197-215.

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. Construindo a escolarização em São Paulo. In: PRADO, Maria Lígia Coelho; VIDAL, Diana Gonçalves (org.). **À margem dos 500 anos: reflexões irreverentes**. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2002. p. 185-202.

JORGE, Clóvis de Athayde. **A história dos bairros de São Paulo**: v. 23: Santa Ifigênia. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1999.

LANCASTER, José. **Sistema britânico de educação**. Porto: Tip. da Viúva de Alvarez & Filips, 1823.

LESAGE, Pierre. A pedagogia nas escolas mútuas do século XIX. In: BASTOS, Maria Helena Câmara; FARIA FILHO, Luciano Mendes de (orgs.). **A escola elementar no século XIX: o método monitorial/mútuo**. Passo Fundo: UPS, 1999. p. 9-24.

MARCÍLIO, Maria Luíza. **História da escola em São Paulo e no Brasil**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial, 2014.

SOUZA, Rosa Fátima de. História da Cultura Material escolar: um balanço inicial. In: BENCOSTTA, Marcus Levy (org.). **Cultura escolar, saberes e práticas educativas: itinerários históricos**. São Paulo: Cortez: 2007. p. 163-189.

TAUNAY, Afonso de Escragnoille. **História da cidade de São Paulo sob o Império**: 1842-1854. São Paulo: Divisão do Arquivo Histórico, v. 6. 1977.

TELLES, Carlos Jozé da Silva. **[Mapa de frequência da escola pública de meninos]**. Santa Ifigênia, São Paulo, nov. 1834. Manuscrito. Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP). Fundo Secretaria de Governo da Província.

TELLES, Carlos Jozé da Silva. **[Mapa de frequência da escola pública de meninos]**. Santa Ifigênia, São Paulo, 8 set. 1837. Manuscrito. Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP). Fundo Secretaria de Governo da Província.

TELLES, Carlos Jozé da Silva. **[Mapa de frequência da escola pública de meninos]**. Santa Ifigênia, São Paulo, 10 jul. 1837. Manuscrito. Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP). Fundo Secretaria de Governo da Província.

TELLES, Carlos Jozé da Silva. **[Mapa de frequência da escola pública de meninos]**. Santa Ifigênia, São Paulo, 15 set. 1832. Manuscrito. Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP). Fundo Secretaria de Governo da Província.

VIDAL, Diana Gonçalves. Mapas de frequência: as escolas de primeiras letras fontes para uma história da escolarização e do trabalho docente em São Paulo na primeira metade do século XIX. **Revista Brasileira De História Da Educação**, [Maringá], v. 8, n. 2 [17], p. 41-67. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38576>. Acesso em: 16 nov. 2024.

Recebido em: 24/03/2026
Revisões requeridas: 17/04/2026
Aprovado em: 14/05/2026

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC
Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE
Revista Linhas
Volume 27 - Número 64 - Ano 2026
revistalinhas.faed@udesc.br